

PROCESSO SELETIVO PARA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA PARA O ANO DE 2022

FARMACÊUTICO

01. A prova terá duração de 3 (três) horas, considerando, inclusive, a marcação do cartão-resposta.
02. A prova objetiva deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica, fabricada em material incolor e transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitido o uso de régua, lápis, lapiseira, marca texto, corretivo e/ou borracha.
03. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que contém 60 (sessenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C e D), distribuídas nos seguintes conteúdos:

CONTEÚDO	QUESTÕES
Políticas Públicas do SUS	01 a 10
Vigilância em Saúde	11 a 15
Vigilância Sanitária	16 a 30
Específico da Categoria Profissional	31 a 60

04. Transcreva a frase abaixo, para o espaço determinado no cartão-resposta, com caligrafia usual, para posterior exame grafológico.

"A vida continua e se entregar é uma bobagem."

05. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta por erro do candidato.
06. O telefone celular desligado e demais pertences não permitidos deverão permanecer acondicionados em saco de segurança devidamente lacrado, desde o momento da entrada na sala de prova até a saída do candidato do estabelecimento de realização da mesma.
07. O candidato cujo aparelho celular ou outro equipamento, mesmo que acondicionado no saco de segurança e debaixo de sua carteira, venha a tocar, emitindo sons de chamada, despertador etc., **SERÁ ELIMINADO DO CERTAME.**
08. Será vedado ao candidato, dentro da sala de realização da prova, independentemente, do início da prova:
 - a) o uso de lupas, óculos escuros, protetores auriculares ou quaisquer acessórios de cobertura para cabeça, tais como: chapéu, boné, gorro etc. salvo se autorizado, previamente pela Gerência de Recrutamento e Seleção, conforme estabelecido no edital regulamentador do certame;
 - b) o empréstimo de material e/ou utensílio de qualquer espécie entre os candidatos;
 - c) a consulta a qualquer material (legislação, livros, impressos, anotações, jornal e revista);
 - d) o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
09. Os relógios de pulso serão permitidos, desde que não sejam digitais ou emitam sons e permaneçam sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da prova.
10. Não será permitido ao candidato fumar conforme determinado no art. 49 da Lei Federal nº 12.546/2011.
11. Somente após decorrida uma hora do início da prova, o candidato, ainda que tenha desistido do certame, poderá entregar o **cartão-resposta devidamente assinado e com a frase transcrita** e retirar-se do recinto levando o seu caderno de questões.
12. Não será permitida, em hipótese alguma, a cópia das marcações efetuadas no cartão-resposta.
13. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e assinaturas na ata de aplicação de prova.
14. Não será permitido o uso de sanitários por candidatos que tenham terminado a prova.
15. O FISCAL DE SALA **NÃO** ESTÁ AUTORIZADO A ALTERAR QUAISQUER DESSAS INSTRUÇÕES.
16. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O. Rio, no segundo dia útil após a realização da prova, estando disponível também, no site <http://prefeitura.rio/web/portaldeconcursos>.

POLÍTICAS PÚBLICAS DO SUS

01. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, saúde é direito de todos e dever do Estado, garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Portanto, com relação às diretrizes do SUS, é correto afirmar que o atendimento é integral:
- (A) com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; centralização na esfera de governo federal; participação da comunidade
 - (B) com prioridade para as atividades assistenciais, sem prejuízo dos serviços preventivos; descentralização, com direção única em cada município; participação da comunidade
 - (C) com prioridade para as atividades assistenciais, sem prejuízo dos serviços preventivos; centralização com direção única em cada esfera de governo; participação da comunidade
 - (D) com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; descentralização, com direção única em cada esfera de governo; participação da comunidade
02. No âmbito do Sistema Único de Saúde, as instâncias de pactuação consensual entre os entes federativos para definição das regras da gestão compartilhada do SUS são denominadas de:
- (A) redes de saúde
 - (B) colegiados estaduais
 - (C) comissões intergestores
 - (D) conselhos municipais de saúde
03. De acordo com o Decreto nº 7.508 de 2011, o espaço geográfico contínuo constituído por agrupamentos de municípios limítrofes, delimitado com base em identidades culturais, econômicas e sociais e em redes de comunicação e infraestrutura de transportes compartilhados, com a finalidade de integrar a organização, o planejamento e a execução de ações e serviços de saúde, considera-se um(a):
- (A) mapa de saúde
 - (B) região de saúde
 - (C) porta de entrada
 - (D) limite geográfico
04. As moradias inseridas na comunidade, destinadas a cuidar dos portadores de transtornos mentais crônicos com necessidade de cuidados de longa permanência, prioritariamente egressos de internações psiquiátricas e de hospitais de custódia, indivíduos sem suporte financeiro, social e/ou laços familiares que lhes permitam outra forma de reinserção, são denominadas de:
- (A) centros de convivência
 - (B) residências terapêuticas
 - (C) unidades de acolhimento
 - (D) centros de atenção psicossocial
05. O planejamento no Sistema Único de Saúde é uma função gestora que, além de requisito legal, é um dos mecanismos relevantes para assegurar a unidade e os princípios constitucionais do SUS. Segundo o Decreto nº 7.508 de 2011, quanto ao planejamento da saúde, é correto afirmar que:
- (A) o Conselho Nacional de Saúde estabelecerá as diretrizes a serem observadas na elaboração dos planos de saúde, de acordo com as características epidemiológicas e da organização de serviços nos entes federativos e nas regiões de saúde
 - (B) o processo de planejamento da saúde será descendente e integrado, do nível federal até o local, ouvidos os respectivos conselhos de saúde, compatibilizando-se as necessidades das políticas de saúde com a disponibilidade de recursos financeiros
 - (C) o processo de planejamento da saúde é facultativo aos entes públicos e será indutor de políticas para a iniciativa privada, devendo compor os mapas da saúde regional, estadual e nacional
 - (D) o Conselho Estadual de Saúde estabelecerá as diretrizes a serem observadas na elaboração dos instrumentos de planejamento em saúde, sendo facultada essa elaboração aos entes públicos
06. As Comissões Intergestores pactuarão a organização e o funcionamento das ações e serviços de saúde integrados em redes de atenção à saúde. A Comissão que se encontra no âmbito do Estado, vinculada à Secretaria Estadual de Saúde para efeitos administrativos e operacionais é denominada de:
- (A) Comissão Intergestores Bipartite
 - (B) Comissão Intergestores Regional
 - (C) Comissão Intergestores Tripartite
 - (D) Comissão Intergestores Federativa
07. A Lei nº 8.142/90 dispõe sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área de saúde. Para receber os recursos financeiros, municípios, estados e Distrito Federal deverão contar com:
- (A) plano de gestão de riscos
 - (B) equipe de limpeza urbana
 - (C) contrapartida de recursos para a saúde no respectivo orçamento
 - (D) equipe para execução das ações de assistência social no território
08. A instituição do Programa Nacional de Segurança do Paciente é um marco na atenção à saúde, tendo como objetivo a redução do risco de danos desnecessários relacionados aos cuidados de saúde, para um mínimo aceitável. De acordo com esse Programa, a aplicação sistêmica e contínua de iniciativas, procedimentos, condutas e recursos na avaliação e controle de riscos e eventos adversos que afetam a segurança, a saúde humana, a integridade profissional, o meio ambiente e a imagem institucional é denominada de:
- (A) gestão de risco
 - (B) auditoria externa
 - (C) classificação de risco
 - (D) segurança do paciente

09. De acordo com a Lei nº 8.080/90, compete à direção municipal do Sistema Único de Saúde:
- (A) participar na formulação e na implementação das políticas de saneamento básico
 - (B) coordenar e participar na execução das ações de vigilância epidemiológica
 - (C) formular, avaliar e apoiar políticas de alimentação e nutrição
 - (D) executar serviços de alimentação e nutrição
10. No que diz respeito às diretrizes da Atenção Básica, pode-se dizer que a continuidade da relação de cuidado, com construção de vínculo e responsabilização entre profissionais e usuários ao longo do tempo e de modo permanente e consistente, acompanhando os efeitos das intervenções em saúde e de outros elementos na vida das pessoas, denomina-se:
- (A) ordenar as redes de saúde
 - (B) cuidado centrado na pessoa
 - (C) longitudinalidade do cuidado
 - (D) resolutividade da atenção básica

VIGILÂNCIA EM SAÚDE

11. A vigilância em saúde se apoia em diferentes áreas do conhecimento, entre elas a epidemiologia. A partir das ferramentas e metodologias relacionadas à epidemiologia, a vigilância em saúde avançou para além da perspectiva do controle das doenças transmissíveis. A estrutura conceitual e operacional relacionada a esse avanço é:
- (A) a história natural da doença, exposição, fase pré-clínica, fase clínica, redução de danos e reabilitação
 - (B) o controle das atividades produtivas que afetem o meio ambiente, das ações assistenciais em saúde e do consumo de produtos
 - (C) a integração de práticas individuais, coletivas, intersetoriais, considerando os determinantes sociais e o paradigma da promoção da saúde
 - (D) o monitoramento dos indicadores de mortalidade, morbidades e consolidação de taxas específicas por sexo e idade, identificando assim os diferenciais de incidência e prevalência
12. As ações de vigilância em saúde devem ser desenvolvidas em todos os pontos da Rede de Atenção à Saúde (RAS), o que pressupõe estrategicamente:
- (A) processos de trabalho integrados
 - (B) modelos de gestão centralizados
 - (C) subordinação à atenção primária
 - (D) redefinição das linhas de financiamento
13. A concepção de território é especialmente relevante para efetividade das ações da vigilância em saúde. Dentre os aspectos abaixo, está relacionado à essa concepção:
- (A) os polos de armazenamento e distribuição, configurando fluxos para outras localidades subordinadas
 - (B) o espaço onde convivem interesses e grupos sociais, com condições de vida e oportunidades de acesso e consumo específicos
 - (C) a organização do espaço físico segundo características ambientais, climáticas e de relevo definindo possibilidades de vida
 - (D) a definição de limites político-administrativos precisos para estabelecimento de ações de vigilância em saúde da população residente
14. São dimensões das condições de vida relacionadas aos determinantes sociais de saúde:
- (A) liberdade, tolerância, nutrição, comunicação
 - (B) hábitos, comportamento, informação, mobilidade
 - (C) moradia, educação, transporte, alimentação, saneamento
 - (D) reciclagem, arborização, alfabetização, participação social
15. Os Centros de Informações Estratégias e Respostas em Vigilância em Saúde (Cievs) devem atuar para identificação de potenciais emergências em saúde pública. Os parâmetros básicos para cumprimento dessa atuação são:
- (A) epidemiologia de campo e tecnologia comunicacional
 - (B) campanhas de esclarecimento e participação popular
 - (C) realização de exames laboratoriais e internet
 - (D) oportunidade de notificação e encerramento

VIGILÂNCIA SANITÁRIA

16. O Ministério da Saúde, em busca da melhoria na saúde da população, conta hoje com inúmeros programas como parte integrante das ações de promoção da saúde e prevenção dos agravos transmitidos por alimentos e água. Nesse contexto, o programa que desempenha um papel importante para garantir a qualidade e segurança da água para consumo humano no Brasil é conhecido pela sigla:
- (A) EMATER
 - (B) VIGIAGUA
 - (C) SUSAGUA
 - (D) QUALISAUDE

17. No que diz respeito ao Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação, é correto afirmar que:

- (A) manipuladores devem usar barba protegida por redes ou outro acessório apropriado para esse fim
- (B) os registros referentes ao serviço de alimentação devem ser mantidos por período mínimo de 10 dias contados a partir da data de preparação dos alimentos
- (C) funcionários responsáveis pela atividade de higienização das instalações sanitárias devem utilizar uniformes diferenciados daqueles utilizados na área de manipulação de alimentos
- (D) deve ser utilizada somente água potável para manipulação de alimentos e, quando utilizada solução alternativa de abastecimento de água, a potabilidade deve ser atestada anualmente

18. As incumbências atribuídas à União no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária são:

- (A) gerir, controlar e elaborar produtos e substâncias de interesse para a saúde
- (B) normatizar, controlar e fiscalizar produtos, substâncias e serviços de interesse para a saúde
- (C) controlar, validar e normatizar produtos e substâncias através de serviços sociais de interesse para a saúde
- (D) fiscalizar o trânsito de pessoas e produtos em território nacional e confeccionar substâncias de interesse para a saúde

19. De acordo com a RDC nº 331/2019, é correto afirmar que:

- (A) alimento semielaborado em embalagem hermética é o alimento manipulado e preparado em serviço de alimentação exposto à venda
- (B) no caso de alimentos comercialmente estéreis, cada unidade da amostra indicativa deve ser composta de, no mínimo, três unidades do mesmo lote para fins analíticos
- (C) a ultra alta temperatura (UAT) é o processo utilizado para esterilização comercial de alimentos por meio do aquecimento a temperaturas elevadas e, imediatamente, do resfriamento
- (D) alimento preparado pronto para o consumo é o alimento proveniente da indústria de alimentos que não requer a adição de outros ingredientes, e para o qual há indicação, previamente ao consumo, da necessidade de tratamento térmico efetivo

20. As Doenças Transmitidas por Alimentos (DTA) representam importante causa de morbidade e mortalidade em todo o mundo, sendo uma grande preocupação da Organização Mundial de Saúde (OMS). Leia o relato abaixo:

“Morre idoso integrante de família contaminada após almoço de confraternização - Quatro adultos e uma criança de uma família de imigrantes chineses foram contaminados após consumir tofu (queijo de soja) em conserva. Um idoso de 74 anos morreu. As outras pessoas não correm risco de morte. É a primeira vez que a doença neuromuscular causada, em geral, por alimentos contaminados, é associada ao consumo de tofu no país. As vigilâncias epidemiológicas do Estado e do Município estão investigando o caso e encaminharam amostras para análise que confirmou a suspeita, após o diagnóstico laboratorial. A toxina foi detectada no soro, fezes e nos restos do alimento.”

O microorganismo envolvido no relato acima é:

- (A) *Bacillus cereus*
- (B) *Clostridium botulinum*
- (C) *Salmonella enteritidis*
- (D) *Staphylococcus aureus*

21. A inspeção agropecuária dos produtos de origem animal abrange:

- (A) unidade de extração e beneficiamento de produtos de abelhas e entreposto de beneficiamento de produtos de abelhas e derivados
- (B) comercialização de alimentos e bebidas, por meio de barracas, carrocinhas, veículos adaptados
- (C) os serviços de captação, abastecimento, transporte e distribuição de água
- (D) feiras e exposições agropecuárias

22. A seguinte reportagem abriu a edição de um importante jornal - “Relatório da Polícia Federal (PF), obtido com exclusividade por este jornal, afirma que quatro estabelecimentos comerciais do município do Rio de Janeiro aumentavam o peso de diferentes cortes bovinos e suínos por meio de misturas à base de água e outras substâncias líquidas, como soro de leite e colágeno. Os alimentos foram encaminhados para análise pericial, na qual foi comprovada a adulteração. Ao todo, dez pessoas foram indiciadas por adulteração de produto alimentício e por formação de quadrilha”.

As penalidades que devem ser imputadas ao estabelecimento são:

- (A) interdição cautelar do lote adulterado, proibição de propaganda e venda, imposição de mensagem retificadora
- (B) multa e apreensão, suspensão de venda, interdição ou cassação do licenciamento
- (C) multa, imposição de mensagem retificadora ou cassação do licenciamento
- (D) multa, apreensão ou determinação para retorno imediato à origem

23. A RDC nº 216 de 15 de setembro de 2014, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, tem como objetivo estabelecer procedimentos de Boas Práticas para serviços de alimentação a fim de garantir as condições higiênico-sanitárias do alimento preparado. Dessa forma, os serviços de alimentação devem implementar Procedimentos Operacionais Padronizados (POPs) relacionados aos seguintes itens:
- (A) controle integrado de vetores e pragas urbanas, higienização química dos blocos industriais e controle sanitário dos manipuladores
 - (B) controle químico dos roedores, higienização dos reservatórios móveis e padronização das etapas de asseio pessoal dos manipuladores
 - (C) higienização de instalações, equipamentos e móveis, controle integrado de vetores e pragas urbanas e higiene e saúde dos manipuladores
 - (D) higienização das partes físicas do bloco industrial, controle presencial dos funcionários e procedimentos didáticos de capacitação dos manipuladores de alimentos
24. De acordo com a Lei Federal nº 8.080/90, é correta a seguinte afirmativa:
- (A) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) não estão previstos o atendimento e a internação domiciliar
 - (B) compete à direção nacional do SUS definir e executar os serviços de vigilância sanitária
 - (C) é permitido o reembolso de medicamento importado, sem registro na ANVISA, para atender as redes hospitalares legalmente habilitadas
 - (D) os serviços de saúde do SUS são obrigados a permitir a presença de um acompanhante durante todo o período de trabalho de parto
25. O padrão microbiológico para *Pseudomonas aeruginosa* em água envasada mineral natural é:
- (A) 50 UFC/g
 - (B) 100 NMP/g
 - (C) 2 x 10² UFC/g
 - (D) ausência em 250 mL
26. O manual integrado de vigilância, prevenção e controle de doenças transmitidas por alimentos - DTA do Ministério da Saúde reúne as informações, de todas as áreas, necessárias para investigação, controle e prevenção dos casos e surtos das doenças transmitidas por alimentos. Nesse contexto, é correto afirmar que:
- (A) a ocorrência de surtos é de notificação compulsória e normatizada por portarias específicas
 - (B) a ação de investigação epidemiológica de surto de DTA é de responsabilidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária
 - (C) as medidas de intervenção, prevenção e controle de surtos de DTA determinadas pela autoridade sanitária são restritas às pessoas jurídicas
 - (D) um dos objetivos da investigação epidemiológica é punir os envolvidos no surto de DTA para controlar e coibir novos episódios
27. O procedimento de coleta de amostras para análise fiscal está previsto no Código de Vigilância Sanitária, Vigilância de Zoonoses e de Inspeção Agropecuária. Desta forma, pode-se afirmar que:
- (A) a apreensão de amostras para análise fiscal, como medida cautelar, não será acompanhada da interdição do produto em nenhuma hipótese
 - (B) o Termo de Apreensão e Depósito (TAD) deverá ser lavrado pela autoridade sanitária, quando a coleta de amostras para análise fiscal for executada para controle de qualidade da indústria de alimentos
 - (C) somente as análises microbiológicas são consideradas fiscais, devendo as amostras serem coletadas em triplicata, dividida em três invólucros, tornados invioláveis, para assegurar sua autenticidade
 - (D) o Termo de Apreensão para Análise de Amostra (TAAA) poderá ser lavrado por servidor não investido de autoridade sanitária, mas que seja técnica e administrativamente capaz para a execução dos procedimentos, quando se tratar de atividade rotineira e programática
28. No município do Rio de Janeiro, estão isentos da exigibilidade de obtenção do licenciamento sanitário:
- (A) feirantes
 - (B) comércio ambulante
 - (C) associações de moradores
 - (D) atividades realizadas no interior de residências
29. De acordo com a Lei Complementar nº 197, de 27 de dezembro de 2018, é correto afirmar que:
- (A) as atividades relacionadas, para funcionar, deverão requerer Licença Sanitária de Funcionamento - LSF, concedida pelo órgão sanitário municipal
 - (B) as atividades desenvolvidas durante a realização de eventos em áreas públicas ou privadas não requerem concessão pelo órgão sanitário municipal
 - (C) a autoridade sanitária é a autoridade nomeada no mais elevado cargo hierárquico dirigente do órgão sanitário municipal
 - (D) a redução de requisitos de licenciamento para atividades de baixo risco é uma diretriz prevista na legislação
30. No preparo de alimentos, o descongelamento deve ser conduzido de forma a evitar que as áreas superficiais dos alimentos se mantenham em condições favoráveis à multiplicação microbiana. Esta etapa deve ser efetuada em condições de refrigeração à temperatura inferior a:
- (A) 5°C
 - (B) 6°C
 - (C) 7°C
 - (D) 8°C

ESPECÍFICO DA CATEGORIA PROFISSIONAL

31. Uma farmácia com manipulação está preparando os procedimentos operacionais para receber a inspeção com vistas ao Licenciamento Sanitário. Considerando que haverá manipulação de medicamentos sujeitos a controle especial, o tempo mínimo preconizado para manter arquivados os Certificados de Análise destas matérias-primas deverá ser de:
- (A) 2 (dois) anos após o término do prazo de validade do último produto com ela manipulado
 - (B) 6 (seis) meses após o término do prazo de validade do último produto com ela manipulado
 - (C) 5 (cinco) anos após o término do prazo de validade do último produto com ela manipulado
 - (D) 4 (quatro) anos após o término do prazo de validade do último produto com ela manipulado
32. Segundo a RDC nº 67/2007, que dispõe sobre Boas Práticas de Manipulação de Preparações Magistrais e Oficiais para Uso Humano, a farmácia que pretenda manipular substâncias de baixo índice terapêutico deve solicitar inspeção à Vigilância Sanitária local antes de iniciar a manipulação destas substâncias. É um fármaco considerado de baixo índice terapêutico, baixa dosagem e alta potência:
- (A) fenitoína
 - (B) minoxidil
 - (C) ciclosporina
 - (D) ácido valproico
33. Sobre as condições de armazenamento de produtos, a RDC nº 44/2009 preconiza diversos pontos que devem ser seguidos por farmácias e drogarias, exigidos pelo Responsável Técnico e observados pelo Auditor Fiscal durante a inspeção sanitária. São condições determinadas pela norma citada, **EXCETO**:
- (A) os produtos devem ser armazenados em gavetas, prateleiras ou suporte equivalente, afastados do piso, parede e teto, a fim de permitir sua fácil limpeza e inspeção
 - (B) o ambiente deve ser mantido limpo, protegido da ação direta da luz solar, umidade e calor, de modo a preservar a identidade e integridade química, física e microbiológica, garantindo a qualidade e segurança dos mesmos
 - (C) para produtos que exigem armazenamento em temperatura abaixo da temperatura ambiente, devem ser obedecidas as especificações declaradas pelo fabricante, sem necessidade de monitoramento e registro diário da temperatura do local de armazenamento
 - (D) a metodologia de verificação da temperatura e umidade deve ser definida em Procedimento Operacional Padrão (POP), especificando faixa de horário para medida, considerando aquela na qual há maior probabilidade de se encontrar a maior temperatura e umidade do dia
34. O controle sanitário do comércio de medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos e correlatos está definido pela Lei nº 5991/73. Sobre assistência e responsabilidade técnica destes estabelecimentos, é correto afirmar que:
- (A) a responsabilidade técnica de farmácias ou drogarias poderá ser comprovada, por exemplo, pelo contrato de trabalho do profissional responsável
 - (B) uma farmácia ou drogaria poderá funcionar sem a assistência do responsável técnico ou de seu substituto, por até 60 dias, período em que não serão aviadas fórmulas magistrais ou oficiais nem vendidos medicamentos sujeitos a controle especial
 - (C) a presença do responsável técnico é obrigatória em farmácias e drogarias durante todo o horário de funcionamento nos dias úteis, sendo facultativa em domingos e feriados
 - (D) as farmácias ou drogarias não poderão manter responsável técnico substituto, mesmo para os casos de impedimento ou ausência do responsável técnico titular
35. Para dispensação de diversos medicamentos sujeitos a controle especial pela Portaria nº 344/98, farmácias e drogarias devem exigir a Notificação de Receita (documento destinado à notificação da prescrição do medicamento e que deve acompanhar a receita). O medicamento que pode ser dispensado apenas com a Receita de Controle Especial, sem necessidade de Notificação de Receita é:
- (A) metilfenidato
 - (B) alprazolam
 - (C) alfentanila
 - (D) citalopram
36. Considerados os valores éticos e morais que regem o exercício da profissão farmacêutica, o Código de Ética Farmacêutica estabelece como dever do profissional farmacêutico:
- (A) delegar atribuições privativas da profissão farmacêutica a outros profissionais
 - (B) obstar ação fiscalizatória da vigilância sanitária, quando no exercício de suas funções
 - (C) exercer atividade profissional não reconhecida pelo CFF, em caso de epidemia ou pandemia
 - (D) contribuir para a promoção e a recuperação da saúde individual e coletiva da pessoa humana e dos animais

37. Sobre os requisitos mínimos exigidos para garantir as boas práticas de manipulação de medicamentos à base de hormônios, antibióticos, citostáticos e substâncias sujeitas a controle especial, é correto afirmar que:
- (A) as farmácias devem possuir salas de manipulação, dedicadas ou não, para a manipulação de hormônios, antibióticos e citostáticos
 - (B) as salas para manipulação de hormônios, antibióticos e citostáticos devem possuir pressão negativa em relação às áreas adjacentes
 - (C) as amostras para monitoramento do processo de manipulação de hormônios, antibióticos e citostáticos devem contemplar, minimamente, diferentes fármacos e dosagens, podendo ser adotado sistema de rodízio
 - (D) a manipulação de substâncias sujeitas a controle especial pode ser iniciada antes da publicação da Autorização Especial em Diário Oficial, sendo exigido protocolo de peticionamento
38. Muitas drogarias têm ofertado serviços farmacêuticos e atenção farmacêutica em seus estabelecimentos, ampliando o escopo de atendimento à comunidade. Segundo a RDC nº 44/2009, pode ser oferecida, **EXCETO**:
- (A) aferição de parâmetros bioquímicos, como níveis de colesterol e triglicerídeos
 - (B) aferição de parâmetros fisiológicos, como pressão arterial e temperatura corporal
 - (C) perfuração de lóbulo auricular para colocação de brincos
 - (D) administração de medicamentos
39. As farmácias com manipulação poderão manipular e manter estoque mínimo de preparações oficinais e bases galênicas, conforme necessidade do estabelecimento para atendimento a demandas previamente estimadas. Para o controle de qualidade dessas preparações, a farmácia pode terceirizar a realização do teste de:
- (A) densidade
 - (B) dissolução
 - (C) viscosidade
 - (D) grau ou teor alcoólico
40. Muitas farmácias com manipulação desejam realizar manipulação de medicamentos injetáveis, que devem ser produzidos como preparações estéreis. Para assegurar qualidade, segurança e eficácia destas preparações, as farmácias devem garantir os requisitos mínimos das Boas Práticas de Manipulação de Produtos Estéreis (BPMPE). Sobre as BPMPE, é correto afirmar que:
- (A) as preparações estéreis estão dispensadas dos testes de esterilidade e endotoxinas bacterianas, desde que sejam utilizadas em até 72 horas após o preparo
 - (B) a água utilizada na preparação de estéreis não precisa ser obtida no próprio estabelecimento, desde que sejam garantidas as características farmacopeicas de água para injetáveis
 - (C) as superfícies internas das capelas de fluxo laminar devem ser limpas e desinfetadas antes e depois de cada sessão de manipulação, com manutenção dos respectivos registros
 - (D) o procedimento de manipulação de preparações estéreis deve ser revalidado, pelo menos, a cada dois anos, para manutenção da garantia de esterilidade do medicamento manipulado
41. Conforme o Código de Ética Farmacêutica, publicado pela Resolução nº 711/2021, é direito do profissional farmacêutico, **EXCETO**:
- (A) ser fiscalizado no âmbito profissional e sanitário, por qualquer profissional de saúde
 - (B) interagir com outros profissionais, com vistas ao uso racional de medicamentos, no sentido de garantir segurança e eficácia da terapêutica farmacológica
 - (C) prescrever medicamentos aprovados em protocolos internos de instituições de saúde, respeitadas as normativas vigentes
 - (D) recusar o fornecimento de medicamentos, nos casos em que os estabelecimentos que desejam adquirir não cumpram os requisitos legais, como, por exemplo, licenciamento sanitário vigente
42. Um auditor fiscal da vigilância sanitária, em inspeção numa drogaria que oferece Serviços Farmacêuticos, verificou que havia um problema com a Declaração de Serviço Farmacêutico emitida pelo estabelecimento. É uma **NÃO** conformidade quanto à Declaração de Serviço Farmacêutico:
- (A) a Declaração não continha número de registro na Anvisa do medicamento administrado
 - (B) a Declaração não continha número de CNPJ do fabricante do medicamento administrado
 - (C) a Declaração não continha nome do responsável técnico do fabricante do medicamento administrado
 - (D) a Declaração foi emitida em duas vias, sendo a primeira entregue ao usuário e a segunda arquivada no estabelecimento

43. A Lei nº 13.021/2014 estabelece pontos importantes para o exercício das atividades farmacêuticas em farmácias e drogarias. Sobre as atribuições e responsabilidades preconizadas para o exercício profissional, é correto afirmar que:
- (A) após baixa do responsável técnico farmacêutico, as farmácias e drogarias devem contratar novo farmacêutico em até 60 (sessenta) dias
 - (B) os farmacêuticos e os proprietários de farmácias e drogarias têm responsabilidade solidária para a promoção do uso racional de medicamentos
 - (C) o proprietário da farmácia pode desconsiderar orientações técnicas emitidas pelo farmacêutico, caso apresente argumentos satisfatórios para sua fundamentação
 - (D) é facultativo ao farmacêutico notificar a ocorrência de reações adversas e intoxicações a profissionais de saúde e órgãos sanitários competentes
44. Para atuar no comércio atacadista de medicamentos sujeitos a controle especial pela Portaria nº 344/98, um estabelecimento precisa peticionar Autorização Especial junto à ANVISA. São documentos exigidos para petição de concessão de Autorização Especial junto à ANVISA, **EXCETO**:
- (A) cópia da Licença Sanitária de Funcionamento do estabelecimento
 - (B) cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do estabelecimento
 - (C) cópia do Certificado de autorização do Corpo de Bombeiros em nome do estabelecimento
 - (D) prova de habilitação legal do farmacêutico responsável técnico, junto ao Conselho Regional de Farmácia
45. O Decreto nº 8077/2013 é um marco regulatório para o funcionamento de empresas que atuam no segmento de produtos sujeitos à vigilância sanitária, além de regulamentar as ações fiscalizatórias relacionadas. Sobre as atividades de vigilância sanitária em estabelecimentos que atuam com medicamentos, é correto afirmar que:
- (A) os órgãos ou entidades públicas que armazenam medicamentos devem possuir Licença Sanitária de Funcionamento exposta em local visível ao público
 - (B) para acessar locais onde se processem as atividades sujeitas ao controle sanitário, os agentes a serviço da vigilância sanitária dependerão de mandado judicial
 - (C) para interditar estabelecimentos que descumpram a legislação sanitária, os agentes a serviço da vigilância sanitária devem apresentar autorização expressa da Administração Pública
 - (D) todos os estabelecimentos que atuam desde a produção ao consumo têm responsabilidade solidária de zelar pela qualidade, segurança e eficácia dos produtos comercializados
46. A Lei nº 6360/76 é um marco histórico para definir a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os produtos elencados na lei, assim como para normatizar os estabelecimentos que atuam com tais produtos. Sobre o regulamento definido para os estabelecimentos atuantes nestes segmentos, afirmar-se que:
- (A) a importação de medicamentos pode ocorrer sem autorização prévia e expressa do Ministério da Saúde, desde que seja de interesse público, em caso de epidemia ou pandemia
 - (B) o funcionamento de empresas que atuam com produtos sujeitos à vigilância sanitária independe de autorização da ANVISA, desde que tais estabelecimentos tenham licenciamento sanitário
 - (C) a autorização da ANVISA para o funcionamento de empresas que atuam com produtos sujeitos à vigilância sanitária será concedida mediante solicitação e será válida em todo o território nacional
 - (D) caso haja mais de um estabelecimento na mesma localidade, o licenciamento pela autoridade local poderá ser compartilhado pelos estabelecimentos, desde que o fato seja comunicado à ANVISA
47. Sobre os requisitos mínimos estabelecidos pelas boas práticas de manipulação em farmácias, é **INCORRETO** afirmar que:
- (A) as farmácias que possuem filiais devem manter laboratórios de manipulação funcionando em todas elas
 - (B) as farmácias que possuem filiais podem centralizar as atividades de controle de qualidade em um de seus estabelecimentos
 - (C) as farmácias que possuem filiais devem possuir Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) expedida pela ANVISA para todos os estabelecimentos
 - (D) as farmácias que possuem filiais devem possuir licença de funcionamento emitida pela Vigilância Sanitária local para todas elas, sendo facultativo explicitar os grupos de atividades
48. Quanto aos estabelecimentos que fabricam, armazenam, comercializam e transportam produtos abrangidos pela Lei nº 6360/76, é correto afirmar que:
- (A) é permitido alterar processo de fabricação de produtos, sem prévio assentimento do Ministério da Saúde
 - (B) é permitida a industrialização e importação de cosméticos sem a assistência de responsável técnico legalmente habilitado
 - (C) é permitido o reaproveitamento e a utilização de vasilhame usado para alimentos e bebidas no envasilhamento de saneantes e congêneres
 - (D) é permitido pôr novas datas em produtos cujo prazo de validade haja expirado quando se tratar de soros terapêuticos que puderem ser redosados e refiltrados

49. O novo Código de Ética Farmacêutica estabelece diretrizes e regras que objetivam a proteção à saúde, aliado a um processo mais justo para o farmacêutico, que é alvo de processo ético. Quanto ao procedimento de avaliação da prescrição é correto afirmar que:
- (A) cabe especificamente ao farmacêutico a obrigação de avaliar a prescrição, decidindo, pela não dispensação ou aviamento, sem necessidade de justificativa
 - (B) é permitido ao farmacêutico dispensar medicamento em contrariedade à legislação vigente, desde que tenha uma prescrição assinada e com a justificativa do prescritor
 - (C) o farmacêutico tem o direito de exigir dos profissionais da saúde o cumprimento da legislação sanitária vigente, em especial quanto à legibilidade da prescrição e demais aspectos legais e técnicos
 - (D) é direito do farmacêutico realizar, com base nas necessidades de saúde do paciente e em conformidade com as políticas de saúde vigentes, a prescrição de medicamentos e outros produtos com finalidade terapêutica, cuja dispensação exija prescrição médica
50. No Brasil, a venda de produtos sem registro por drogarias já foi constatada pelas Autoridades Sanitárias, sendo a notícia veiculada através dos meios de comunicação. Em conformidade com os critérios estabelecidos pela RDC nº 44/2009, quanto aos procedimentos relativos à aquisição de produtos, que devem ser adotados por farmácias e drogarias para garantir aos seus usuários, o acesso a produtos com eficácia, segurança e qualidade, é possível afirmar que:
- (A) caso haja suspeita de que os produtos tenham sido falsificados, corrompidos, adulterados, alterados ou impróprios para o uso, basta a drogaria devolvê-los ao fornecedor
 - (B) não há necessidade de o farmacêutico notificar a autoridade sanitária competente quanto à suspeita de aquisição de produtos falsificados, caso tenha sido feita a devolução dos mesmos
 - (C) a drogaria pode adquirir produtos registrados, com isenção do registro, notificação ou cadastro junto à ANVISA, conforme a exigência determinada em legislação sanitária específica para cada categoria de produto
 - (D) a aquisição a partir de distribuidores legalmente autorizados e licenciados, conforme legislação sanitária vigente, dispensa a adoção de documentos padronizados para estabelecer, documentar e implementar critérios para garantir a origem e qualidade dos produtos adquiridos
51. O farmacêutico deve conhecer as legislações relacionadas ao exercício da sua profissão, inclusive quanto ao controle de riscos e controle da cadeia de produtos sujeitos à vigilância sanitária. Nesse sentido, e conforme o disposto no Decreto nº 8077/2013, é correto afirmar que:
- (A) considerando a previsão legal, não dependem de licença para funcionamento, as distribuidoras que possuem autorização de funcionamento
 - (B) os estabelecimentos não estão obrigados a garantir a qualidade dos produtos, a não ser após a inspeção sanitária e das exigências formuladas pela equipe de inspeção
 - (C) é possível disponibilizar os produtos abrangidos pelo regime de vigilância sanitária, inclusive os importados, para uso ou consumo em embalagens não originais, no caso de produtos isentos de registro
 - (D) os estabelecimentos devem garantir a qualidade dos produtos submetidos ao regime de vigilância sanitária por meio do atendimento aos requisitos técnicos da regulamentação específica da ANVISA
52. A vigilância sanitária atua principalmente por meio de regulamentações e seu objetivo é eliminar, diminuir e prevenir riscos à saúde, inerentes à produção e ao uso de produtos e serviços de interesse da saúde ou às condições de seus ambientes. Considerando o disposto na Lei nº 6360/76 quanto aos produtos sujeitos a controle sanitário, pode-se afirmar que:
- (A) o registro de produtos sujeitos a controle tais como raticidas domiciliares não é objeto da Lei nº 6360/73 e sim do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
 - (B) alterações de formulação sem anuência do órgão de vigilância sanitária federal é permitida para cosméticos e saneantes de risco 2
 - (C) dentre os produtos abrangidos pela Lei supracitada, os importados podem ser comercializados antes de registrado junto à ANVISA, quando já possuírem registro em seus países de origem
 - (D) são condições para o licenciamento dos estabelecimentos a que se refere esta Lei, localização adequada das dependências e proibição de residências ou moradia nos imóveis a elas destinados e nas áreas adjacentes

53. Quanto à previsão legal para a prestação de serviços em farmácias e drogarias constante na Lei nº 5991/73, é correto afirmar que:
- (A) é permitido utilizar as dependências da farmácia ou da drogaria como consultório, desde que sejam cumpridos os preceitos sanitários pertinentes
 - (B) a farmácia poderá manter laboratório de análises clínicas, desde que em dependência distinta e separada, e sob a responsabilidade técnica do farmacêutico bioquímico
 - (C) as farmácias e drogarias podem realizar a aplicação de medicamentos injetáveis em local não privativo, com equipamento e acessório apropriados
 - (D) é facultado à farmácia ou drogaria manter serviço de atendimento ao público para aplicação de injeções a cargo de técnico habilitado, sem necessidade de prescrição médica
54. Quanto à classificação das farmácias, constante na Lei nº 13.021/2014, é possível afirmar que:
- (A) a farmácia é um estabelecimento de dispensação, mas não de comércio de medicamentos
 - (B) a farmácia com manipulação é o estabelecimento de manipulação de fórmulas magistrais e oficinais e não de comércio de medicamentos
 - (C) a drogaria é um estabelecimento de dispensação e comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos em suas embalagens originais
 - (D) as farmácias são classificadas segundo o tipo de assistência de farmacêutico habilitado durante todo horário de funcionamento ou não, no caso de farmácia de pequena unidade hospitalar
55. Um dos procedimentos obrigatórios que devem ser realizados por farmácias e drogarias, conforme a Portaria nº 344/98, é a escrituração de medicamentos sujeitos a controle especial. Atualmente, as empresas dispõem do sistema SNGPC para o lançamento dos medicamentos adquiridos, dispensados, assim como as eventuais perdas. Considerando as diretrizes constantes na Portaria, quanto ao controle de substâncias e medicamentos, é correto afirmar que:
- (A) o livro de Receituário Geral destina-se a farmácias magistrais
 - (B) os livros de Receituário Geral não precisam dos Termos de Abertura e de Encerramento, lavrados pela Autoridade Sanitária
 - (C) a escrituração deve ser feita por empresas que exercem exclusivamente a atividade de transportar
 - (D) a escrituração dos medicamentos listas "C1", "C2", "C3", "C4" e "C5" devem ser realizadas num mesmo Livro de Registro Específico
56. O Decreto nº 8077/2013 estabelece diretrizes para o controle e monitoramento dos produtos no âmbito da vigilância sanitária. É correto afirmar, de acordo com o disposto no Decreto citado e no Código de Ética Farmacêutica vigente, com relação a venda de produtos sujeitos a controle da vigilância sanitária pela internet que:
- (A) o estabelecimento é o responsável pelas informações expostas nas redes sociais, em sítios eletrônicos e demais meios de comunicação, cabendo ao farmacêutico supervisionar somente os produtos e informações expostas em seu local de trabalho
 - (B) cabe ao farmacêutico supervisionar os conteúdos expostos pelo estabelecimento com o qual mantém vínculo profissional nas redes sociais, em sítios eletrônicos e demais meios de comunicação, fazendo cumprir as normas técnicas e a legislação vigente
 - (C) a rotulagem e a etiquetagem dos produtos ficam sujeitas à ação da vigilância sanitária, ao contrário da propaganda e a publicidade dos produtos, que são de responsabilidade dos estabelecimentos
 - (D) para impedir a veiculação de informações inadequadas ou fraudulentas e práticas antiéticas de comercialização em sítios eletrônicos, a ANVISA não autoriza a venda de produtos de qualquer natureza por esses canais
57. Durante a ação de fiscalização, em meio à pandemia de Covid-19, a equipe de inspeção da Vigilância Sanitária municipal verificou, no salão de vendas de uma drogaria, um antisséptico para as mãos à base de álcool em situação irregular (fabricante e produto não regularizados e local de fabricação desconhecido). Diante dessa situação:
- (A) a drogaria deve ser autuada, uma vez que descumpriu a Lei nº 6360/76, por expor à venda um produto sem registro
 - (B) a drogaria descumpriu o Código de Ética Farmacêutica, uma vez que colocou em risco a saúde da população ao expor à venda um produto sem garantias de eficácia, segurança e qualidade
 - (C) o farmacêutico deve ser autuado pela Vigilância Sanitária, considerando que ele descumpriu a Lei nº 6360/76, ao permitir a exposição à venda de um produto sem registro na ANVISA
 - (D) é proibido ao farmacêutico recusar produtos essenciais ao combate do coronavírus, mesmo sem regularização, conforme Código de Ética Farmacêutica

58. As disposições da Lei nº 13.021/2014 regem as ações e serviços de assistência farmacêutica executados em farmácias. Conforme definição presente nessa Lei, há apenas a figura da farmácia sem manipulação ou drogarias e da farmácia com manipulação no elenco de estabelecimentos que desempenhem atividades farmacêuticas. Quanto às novas prerrogativas dispostas na Lei em pauta, é correto afirmar que:

- (A) as farmácias do serviço público estão autorizadas a funcionar sem a assistência técnica de farmacêutico
- (B) o farmacêutico deve proceder ao acompanhamento farmacoterapêutico de pacientes, internados ou não, em estabelecimentos hospitalares ou ambulatoriais
- (C) existe diferença entre farmácia comunitária e farmácia privativa de unidade hospitalar quanto a exigência de direção e desempenho técnico de farmacêuticos, assim como ao registro em Conselho Regional de Farmácia
- (D) as farmácias de natureza pública podem dispor de vacinas e soros para atendimento à população, o que não pode ocorrer em farmácias privadas

59. A Lei nº 5991/73 estabelece que a dispensação farmacêutica é privativa de farmácia, drogaria, posto de medicamentos e unidade volante, e dispensário de medicamentos. Diante das disposições e conceitos constantes na Lei citada, é correto afirmar que:

- (A) a dispensação é o ato de fornecimento ao consumidor de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, a título remunerado ou não
- (B) a dispensação de plantas medicinais é privativa das farmácias e drogarias, observados o acondicionamento adequado e a classificação botânica
- (C) a presença do técnico responsável será obrigatória para farmácias, drogarias, posto de medicamentos e dispensários de medicamentos durante todo horário de funcionamento
- (D) não há diferenças quanto as obrigações previstas na Lei nº 5991/73 para farmácia, drogaria, posto de medicamentos, unidades volantes e dispensário de medicamentos, visto que tais estabelecimentos são autorizados a realizar a dispensação de medicamentos

60. Os estabelecimentos que realizam atividades com substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial são passíveis de inspeção pela Autoridade Sanitária local, para avaliação das respectivas condições técnicas e sanitárias. Dentre os pontos verificados em inspeção sanitária, destaca-se a verificação da procedência dos medicamentos e regularidade dos estabelecimentos fornecedores e compradores dos referidos produtos. Tendo em vista o disposto na Portaria nº 344/98, é correto afirmar que:

- (A) as distribuidoras de medicamentos sujeitos a controle especial estão dispensadas de Autorização Especial
- (B) não há obrigatoriedade de Autorização Especial para drogarias que dispensam medicamentos sujeitos a controle especial
- (C) as farmácias hospitalares necessitam de Autorização Especial para comprar medicamentos sujeitos a controle especial
- (D) é passível de Autorização Especial as atividades realizadas pelo comércio atacadista, com exceção da atividade de transporte